

Débora Fernandes

debora.matoucas@gmail.com

Gestão de risco de incêndio. Criação de parcerias sinérgicas no contexto dos museus universitários

O presente artigo baseia-se no Relatório de Projeto intitulado “Gestão de Risco de Incêndio em Instituições Culturais. Envolvimento da Comunidade Científica Académica. Um contributo para o Museu da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto”, desenvolvido no âmbito do Mestrado em Museologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, segundo a orientação da Professora Doutora Paula Menino Homem.

This article is based on the Master's Project Report entitled “Gestão de Risco de Incêndio em Instituições Culturais. Envolvimento da Comunidade Científica Académica. Um contributo para o Museu da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto”, developed in the context of the Museology Masters, at Faculty of Arts and Humanities, University of Porto, under the supervision of Professor Paula Menino Homem.

<http://hdl.handle.net/10216/81959>

Resumo

O museu, entidade responsável pela preservação e divulgação da memória da comunidade, deve encarar a segurança do seu acervo, relativamente a incêndios, como de extrema importância, considerando os seus efeitos devastadores. A falta de recursos humanos e/ou da sua organização, sobretudo em parcerias sinérgicas, dificulta a implementação de medidas essenciais à eliminação/mitigação do risco.

Centramo-nos particularmente no Museu da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, destacando o contexto dos museus universitários, não apenas pelas suas vulnerabilidades, mas também pelo potencial de gerar relações sinérgicas que incluam a comunidade académica, ensaiando a adaptação de estratégias à realidade nacional e ao contexto, assumindo o plano de Dorge & Jones (1999) como referencial de criação de embrião de equipa de gestão de risco, fomentando o envolvimento da comunidade académica, agilizando o cumprimento da legislação de segurança contra incêndios, relativo a edifícios e instituições culturais, e acautelando a proteção integrada de pessoas e acervos.

Palavras-chave

Museus universitários; Incêndio; Comunidade académica; Equipa de gestão de risco.

Nota biográfica

Débora Isabel Matouças Fernandes é licenciada em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2011) e mestre em Museologia pela mesma instituição (2015). Participou no I Encontro de Jovens Investigadores em Ciências Sociais de Gondomar, onde apresentou uma comunicação relacionada com a investigação desenvolvida durante o mestrado, que se centrou na área de gestão de risco de incêndio em contexto museológico. Tem particular interesse pela área da conservação preventiva, mais especificamente de documentos gráficos e têxteis.

Abstract

The museum, entity responsible for the preservation and dissemination of the community memory, must face the issue of security of its assets in respect of fire as extremely important, considering their potentially devastating effects. The lack of human resources and/or the lack of its organization, especially in synergistic partnerships, hinder the implementation of measures necessary to eliminate/mitigate the risk.

We focus particularly on the Museum of the Faculty of Engineering of the University of Porto, highlighting the context of university museums, not only for their vulnerabilities, but also for the potential to generate synergetic relationships that include the academic community, rehearsing the adaptation of strategies to the national reality and the context, assuming the Dorge & Jones (1999) plan as a reference for the creation of an embryo risk management team, fostering the involvement of the academic community, streamlining compliance of the fire safety legislation on buildings and cultural institutions, and ensuring the integrated security of people and collections.

Keywords

University museums; Fire; Academic community; Risk management team.

Biographical note

Débora Isabel Matouças Fernandes graduated in Archaeology by the Faculty of Arts and Humanities, University of Porto (2011) and has a master degree in Museology, by the same institution (2015). Débora has participated in the First Meeting of Young Researchers in Social Sciences of Gondomar where she presented a communication that is related to the investigation developed during the master, which focuses on the risk management in museological context. She has particular interest in the area of preventive conservation, more specifically in graphic documents and textiles.

Introdução

Preocupa-nos a questão do risco de incêndio em instituições culturais. Falar de instituições culturais, não significa que nos cingimos apenas aos museus, pois estes não são os únicos que albergam coleções e documentação. Muitos encontram-se associados a arquivos e bibliotecas, onde é possível encontrar exemplares únicos e raros, que representam uma fonte de combustível e potenciam a propagação rápida, em caso de incêndio. Vários exemplos de incêndios recentes em instituições culturais poderão ser destacados. A nível internacional, é o caso da Biblioteca Anna Amalia, em Weimar, Alemanha, declarada Património da Humanidade pela UNESCO em 2001, que só reabriu após três anos em processo de conservação e restauro, decorrente do incêndio que deflagrou em 2004 e destruiu 37 pinturas e cerca de 50 mil livros datados entre o século VI e o XX (DW, 2007). Outro, em 2015, o incêndio no Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, Brasil, onde a perda de património incidiu mais na componente arquitetónica. Trata-se de um museu instalado num edifício histórico renovado, com uma coleção essencialmente virtual e toda documentada, o que possibilitou a sua recuperação total. De lamentar, neste caso, a perda de uma vida humana, um bombeiro que trabalhava no museu

(Gomes, 2015). A nível nacional, a Reitoria da Universidade do Porto, abrangida pela classificação de Património Cultural da Humanidade do centro histórico do Porto pela UNESCO em 1996, vítima de incêndio em 2008, que provocou estragos nos laboratórios do Departamento de Zoologia/Antropologia da Faculdade de Ciências, destruindo parte do equipamento e o resultado de investigação importante (Schreck, 2008).

Apesar dos múltiplos exemplos que poderiam ser enumerados e das significativas perdas de valiosos acervos por ação do fogo, a que assistimos nas últimas décadas, a questão da segurança integrada de pessoas e bens contra incêndio tende a ser, ainda, considerada como um aspeto de menor importância (Biral, 2003). O fogo pode ser um meio de destruição extremamente rápido e devastador, ao qual nenhuma instituição está totalmente imune. Assim, será importante atribuir uma prioridade mais elevada à prevenção e à resposta, em caso de incidente. O que acontece em grande escala é que a maioria dos museus consegue atender aos requisitos básicos para a segurança da vida humana, sempre prioritária, mas estes revelam-se insuficientes para proteger os acervos, em reserva e exposição.

1. Estratégias de gestão

A Lei-Quadro dos Museus Portugueses, na alínea 1 do seu artigo 3.º referente ao conceito de museu, determina que “museu é uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite: a) Garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos; b) Facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade” (Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto). Os museus, arquivos e bibliotecas, como edifícios públicos de salvaguarda de património cultural, são obrigados (Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, recentemente alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 224/2015, de 9 de outubro) a ter medidas de autoproteção que acautelem tanto as pessoas que frequentam os espaços como o património que albergam. Como tal, devem prever a instalação de sistemas tanto de prevenção, para acautelar e evitar situações de emergência, como de resposta, em caso de necessidade. As características destes sistemas irão depender do seu custo e das características e necessidades da instituição e respetivo acervo.

Estratégias que podem se adotar para a gestão do risco de incêndio, considerando o desenvolvimento e implementação de programa que englobe sistemas, equipamentos e procedimentos de prevenção, resposta e recuperação:

- 1) Estabelecer um comité, em que participem diretores e restantes profissionais da instituição, acautelando reuniões regulares para discussão de questões de segurança contra incêndio;
- 2) Realizar avaliações periódicas de risco, no sentido de atualização e adaptação a uma realidade dinâmica, (re)estabelecimento de prioridades e afetação de recursos;
- 3) Estabelecer relações de estreita colaboração com as Forças da Proteção Civil;
- 4) Organizar e treinar uma equipa de prevenção, resposta e recuperação de incêndio.

No que respeita à prevenção, esta costuma acautelar medidas passivas e ativas. Entende-se que as primeiras têm início com a construção do património edificado. Através dos códigos de segurança e de construção, são determinados os materiais e as técnicas de edificação essenciais para a prevenção. As segundas, participam ativamente na deteção, alerta e resposta ao incêndio, através de diferentes sistemas de deteção, alarme e de supressão/extinção

(incluindo os fixos e os portáteis, como os extintores) (Mannan, 2012).

As seguintes medidas de proteção devem ser contempladas no plano de emergência (Dorge & Jones, 1999):

Prevenção - Eliminar os perigos ou reduzir a sua capacidade potencial de afetar as pessoas e produzir danos às instalações e à coleção. Por exemplo, numa zona sísmica, fixar as estantes com objetos às paredes;

Preparação - Preparar e equipar o pessoal para saber controlar uma emergência. Por exemplo, reunir suprimentos e dar formação ao pessoal e aos voluntários para saberem utilizá-los;

Resposta - Prevenir danos ou acidentes e limitar as perdas. Por exemplo, formar o pessoal e os voluntários para deslocar os visitantes, colegas, coleções e registos de forma segura. As atividades de resposta são aquelas que se podem levar a cabo nas primeiras quarenta e oito horas após ocorrer uma emergência;

Recuperação - Para regressar à normalidade, é necessário certificar-se de que os participantes estão bem formados e orientados para passar pelo processo de recuperação da forma mais eficiente possível. Por exemplo, restabelecer as comunicações e os sistemas financeiros, e inspecionar as instalações para comprovar se

existem danos causados pela água, pelo fogo ou outros elementos.

2. O contexto académico e a equipa de gestão de risco de incêndio. Fundamentos e contributos para a organização

Objetivando considerar o contexto académico e promover o envolvimento da sua comunidade científica e profissional, potenciando-a como recurso, para o cumprimento da legislação nacional relativa à Segurança Contra Incêndios em Edifícios (SCIE), seleccionou-se a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP). Vários fatores contribuíram para tal decisão: o facto de estudo prévio (Fernandes, 2015) ter demonstrado significativo interesse da parte da unidade orgânica pela temática da gestão de risco de incêndio e produção científica associada, tanto em quantidade como qualidade; a perspetiva integrada com que é assumido o setor cultural, da documentação e informação, agregando o museu, arquivo e biblioteca; o desafio de um museu polinucleado, equacionando múltiplos espaços departamentais; o facto de estar em desenvolvimento um Plano de Segurança, com vista à segurança de pessoas, para o Edifício da Biblioteca, que acolhe o acervo da biblioteca, o do arquivo, parte do acervo do museu, bem como alguns dos seus serviços e espaços, como a

reserva técnica e áreas de exposição, um espaço de oficina de conservação e restauro, e a oportunidade que se constitui para integrar a perspetiva dos acervos em tal Plano; a proximidade de relacionamento e colaboração com a unidade orgânica.

Conforme referido, uma fase de estudo prévio, constituiu-se uma base de dados (Fernandes, 2015), a partir do Repositório Aberto da Universidade do Porto (UP) e considerando o período entre os anos 2000 e 2014. A pesquisa orientou-se pelas seguintes palavras-chave: incêndio em museus, incêndio urbano, incêndio florestal e incêndio em edifícios. Dos 60 trabalhos académicos identificados, 12 são referentes ao incêndio em contexto florestal e 48 ao incêndio em contexto urbano. Destes 48, apenas três foram desenvolvidos pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), sendo os restantes 45 fruto de investigação no âmbito da FEUP, o que reflete o seu interesse pela temática e os seus contributos, também potenciais. Digno de ressalva, é o facto da questão de incêndio em edifícios culturais ter sido abordada em trabalhos apenas a partir do ano de 2009, o que se relacionará com a entrada em vigor da legislação de SCIE em 2008 (Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro). De 2009 a 2014, foi possível identificar um total de dez trabalhos focados em tal contexto: seis, relativos a edifícios históricos; dois, em bibliotecas /

arquivos; e três, em museus / galerias. Pode concluir-se que a questão da gestão de risco de incêndio em instituições culturais suscita interesse, pode (e deve) beneficiar de investigação académica aplicada a casos concretos, mas carece de desenvolvimento, especialmente no contexto em que a Academia é, ela própria, entidade produtora, depositária, proprietária de património cultural e responsável pelo seu uso, divulgação e preservação. A FEUP integra-se neste universo.

O acervo da FEUP, apesar da dispersão por vários espaços departamentais, está maioritariamente concentrado no Edifício da Biblioteca, onde funciona o Serviço de Documentação e Informação (SDI), que integra as unidades Arquivo e Museu e a Biblioteca. Este contributo, como exercício, cinge-se a este edifício, no sentido de limitar a extensão e a complexidade inerente à constituição de equipas. Trata-se de edifício originalmente apenas adaptado a biblioteca e arquivo, tendo, posteriormente, incorporado a realidade e dinâmica museológicas.

A Unidade de Segurança, Higiene, Saúde e Ambiente, dos Serviços Técnicos e de Manutenção (STM) da FEUP, responsável pela elaboração do Plano de Segurança para a faculdade definiu igualmente o Edifício da Biblioteca como prioritário e local para teste e

aperfeiçoamento do Plano de Segurança, em desenvolvimento e focado na segurança das pessoas. Considerou-se oportuno sensibilizar para a importância da integração da componente património cultural. Gerado o interesse, ensaiou-se um trabalho conjunto, potenciando uma equipa já existente e com formação para a segurança de pessoas e tentando o desenvolvimento articulado de uma outra, com enfoque na salvaguarda do património.

Uma das mais-valias dos museus universitários, que os pode distinguir dos restantes museus, prende-se com o seu acesso às capacidades e conhecimento dos académicos. A investigação e o ensino beneficiam de uma estreita relação nas universidades. Os museus universitários têm acesso privilegiado ao conhecimento, que pode ser aplicado em diferenciados setores, entre eles o relativo ao estudo e dinamização das suas coleções. Podem beneficiar do contributo de seniores, especializados e mais disponíveis para contribuir (Ribeiro, 2014), mas também de *alumni* e jovens alunos, a diversos níveis, com especial interesse pelos inseridos em programas de pós-graduação.

A comunidade académica da FEUP já se encontra, em parte, envolvida em atividades relacionadas com a temática da gestão de risco

de incêndio. Os docentes, além de lecionar, participam ativamente na investigação e produção científica. Especialmente ao nível dos programas de pós-graduação, como orientadores e co-orientadores de trabalhos científicos, contribuem para a construção de novas teorias, para a crítica e desenvolvimento de determinadas matérias e metodologias e ajudam a manter diversos temas à luz da investigação. Portanto, percebemos o potencial contributo que os docentes podem oferecer ao ingressarem na equipa de gestão de risco de incêndio. Ao fazerem parte desta, encabeçam a equipa na área da investigação e ocupam um cargo permanente, orientando o grupo, apoiando e incentivando à criação de debates, seminários, conferências e outras reuniões de carácter científico. Assim, ajudam a cativar e a motivar os discentes de pós-graduação a envolverem-se no setor do património, a participarem na procura da aquisição de conhecimento e na sua aplicação em prol do setor, o que contribui para a sua aprendizagem e enriquecimento pessoal e os ajuda a encontrar possíveis temas de reflexão para trabalhos académicos futuros.

Os funcionários não docentes exercem funções num determinado cargo nos quadros da instituição e, por isso, na constituição da equipa de gestão de risco de incêndio ocupam também

um posto de carácter permanente. São os que podem apoiar em ações preventivas básicas e desempenhar funções ativas durante a preparação e atuação da equipa em caso de emergência. Dependendo do departamento ao qual pertencem, podem dar variados contributos a nível de manutenção / preservação / conservação, administrativo, informático, realizando formações, que relacionem a aplicação dos seus conhecimentos e competências ao tema central da equipa. Fator de grande utilidade para a equipa é o facto de os funcionários não docentes conhecerem, normalmente, muito bem a instituição e todos os seus espaços, o que faz com que também reconheçam vantagens ou suscetibilidades em alguns espaços, relativamente a outros. Serão eles que, maioritariamente, farão parte da equipa de gestão de risco de incêndio, em sintonia com o proposto por Dorge & Jones (1999), cujo modelo de organização foi orientador e adaptado, o mais possível, ao contexto em questão.

E quanto aos discentes de pós-graduação? Os museus costumam dispor de programas de voluntariado/estágios, onde eles podem desenvolver os seus trabalhos académicos e adquirir experiência, mas quase sempre em áreas como, por exemplo, de gestão de coleções, serviços educativos ou exposição. A originalidade e a componente inovadora do projeto propõem

o voluntariado por parte da comunidade académica, procurando, sobretudo, incidir nos alunos que pretendam ingressar numa equipa que contribuirá para a prevenção e atuará, em caso de incêndio, nas ações de resposta e recuperação, atendendo ao património. Propõe potenciar aqueles já detentores de conhecimentos, com estatuto de bombeiro, que pertençam a corporações de bombeiros, e todos os que pretendam vir a adquiri-los, reforçando as relações entre a instituição e a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC).

Considerando o exposto, no início do processo de criação de um embrião de equipa de gestão de risco de incêndio, considerou-se o seguinte:

1. O plano-modelo de Dorge & Jones (1999) e a forma mais adequada de o adaptar ao contexto;
2. Os membros passíveis de seleção (funcionários não docentes, docentes e discentes de pós-graduação) e respetiva afetação de cargos e funções;
3. Os cargos superiores e permanentes serão ocupados pelos elementos fixos da instituição (funcionários não docentes e docentes);
4. Os elementos temporários serão, maioritariamente discentes;
5. O planeamento de atividades no sentido de sensibilizar, captar e formar todos os membros da equipa.

Verificadas as condições e conjugando com o organograma do Museu da FEUP, propomos um organograma da equipa de gestão de risco de incêndio (Figura 1).

Propomos um limite máximo de cinco elementos, não devendo ser esquecidos os respetivos suplentes, para um bom entendimento entre os membros da equipa, pois

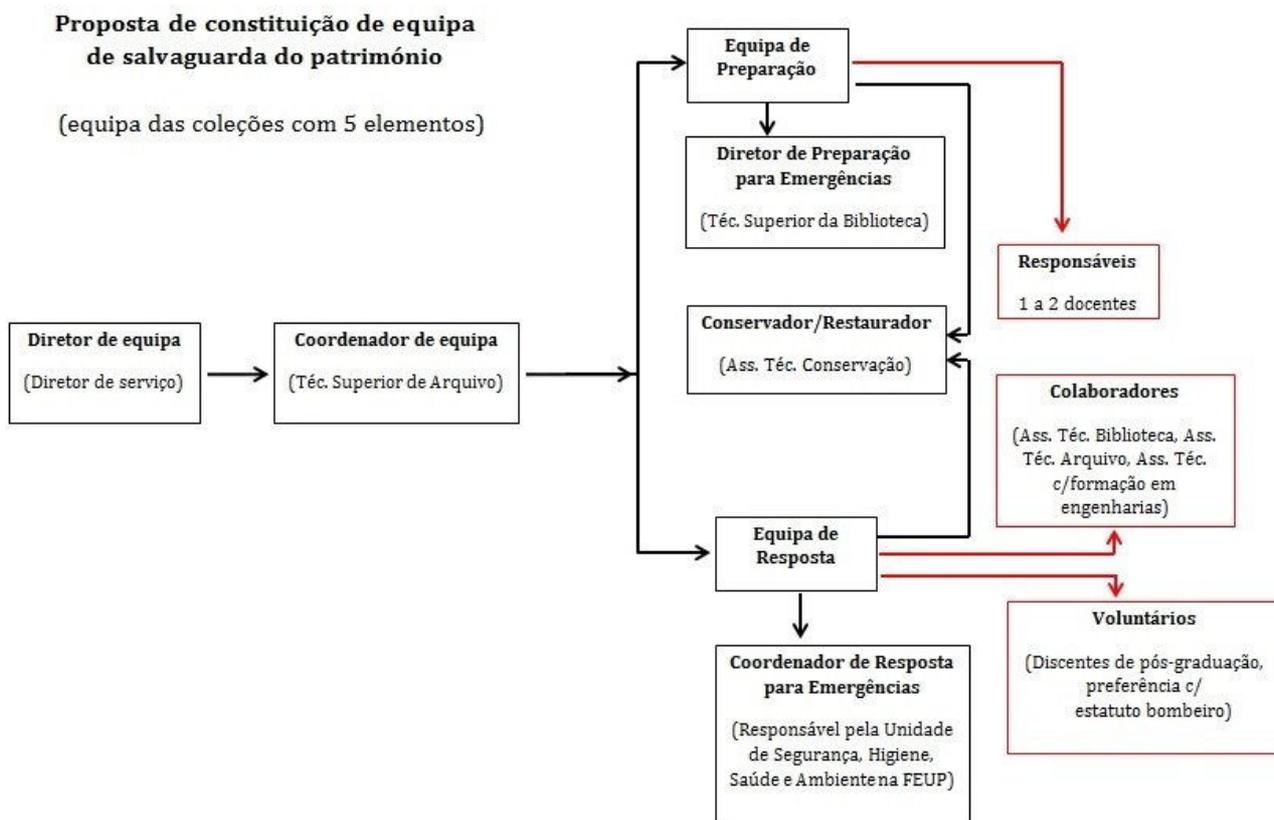


Figura 1_ Proposta de organograma da equipa de gestão de risco de incêndio (a vermelho identifica-se o grupo voluntário)

equipas com mais elementos tendem a gerar maior complexidade de organização e dificuldade de operacionalização:

- .1 Diretor de equipa – Diretor de Serviços;
- .1 Coordenador da equipa – Técnico Superior de Arquivo;

.2 Colaboradores – Técnico Superior de Biblioteca; Assistente Técnico de Conservação;

.1 Responsável pela Unidade de Segurança, Higiene, Saúde e Ambiente na FEUP.

Quanto ao grupo voluntário propõe-se:

.1 a 2 Responsáveis - Docentes dos departamentos da FEUP, por exemplo, um do Departamento de Mecânica e outro do Departamento de Civil (duas das áreas mais próximas e de maior importância para este projeto, visto que a especialização em mecânica vai dar suporte a questões relacionadas, por exemplo, com os sistemas de extinção, como os sprinklers, e a especialização em civil dará apoio a questões relacionadas com o edifício, a ergonomia dos espaços, os materiais mais apropriados na construção, etc.);

.3 Colaboradores – 1 Assistente Técnico Biblioteca; 1 Assistente Técnico Arquivo e 1 Assistente Técnico com formação em Engenharia;

.Discentes de pós-graduação com interesse em fazer parte da equipa, preferencialmente com estatuto de bombeiro ou conhecimentos na área. A quantidade de discentes que pode fazer parte desta equipa é variável, pois não é possível calcular o número de interessados num grupo voluntário, por cada ano letivo.

A divisão que se apresenta justifica-se pela necessidade de obtenção de uma equipa coesa e profissional que ocupe os cargos superiores e, em articulação, a equipa de voluntários, integrando responsáveis pertencentes à instituição, para coordenação e orientação dos estudantes.

Defendemos a colocação dos funcionários não docentes e que ocupam um cargo permanente na instituição como responsáveis da equipa. Encabeçando o grupo de voluntários, selecionamos os docentes como orientadores e promotores da investigação, apoiados por funcionários não docentes como colaboradores e participantes ativos em simulacros e em emergência real. Estes serão os orientadores dos discentes de pós-graduação nas respetivas atividades.

Os suplentes devem ter o seu posto devidamente atribuído e formação, tal como os elementos efetivos. Sendo possível, devem ser identificados substitutos para os suplentes. Com base no modelo adotado, propomos os seguintes deveres e responsabilidades afetos a cada cargo na equipa:

1- Diretor de Equipa (Diretor de Serviços) - Proporciona apoio ao Coordenador de Equipa, ao Diretor de Preparação para Emergências (DPE) e ao Coordenador de Resposta para Emergências (CRE). Dirige as atividades de promoção e informação à comunidade. Estabelece estreita relação com a polícia e bombeiros locais em colaboração com o CRE. Identifica a hierarquia de chefia em caso de emergência em conjunto com o DPE e o Comité de Preparação para Emergências (CPE).

2- Coordenador de Equipa (Téc. Superior de Arquivo) - Orienta a apresentação dos relatórios da equipa: um de avaliação das vulnerabilidades/coleções e um esboço de procedimentos de resposta. Trabalha em conjunto com o DPE e com o CPE para definir as prioridades. Elabora uma lista com os nomes de todos os funcionários, juntamente com os seus números de telefone e endereços particulares e de trabalho. Elabora lista em colaboração com o Diretor de Equipa das pessoas e organizações que podem ser necessárias durante uma emergência.

3- Diretor de Preparação para Emergências (Téc. Superior da Biblioteca) - Organiza e desenvolve exercícios em equipa em colaboração com o CRE. Mantém o diretor atualizado dos progressos. Após a ocorrência de incidente, realiza reuniões de avaliação. Orienta a elaboração da informação do processo de recuperação.

4- Coordenador de Resposta para Emergências (Responsável pela Unidade de Segurança, Higiene, Saúde e Ambiente na FEUP) - Trabalha com o DPE, o Diretor e o Coordenador de equipa para nomear a equipa de resposta. Implementa medidas de prevenção/preparação tal como recomendado pelas equipas. Tem de ter pleno conhecimento do Plano de Emergência. Durante um incidente, define e orienta o centro de comando de emergência.

5- Conservador/Restaurador (Ass. Téc. Conservação) - Contribui para as medidas de preparação preventivas, para o plano de resposta e plano de recuperação. Contribui para a avaliação de risco apontando dados necessários para identificação de riscos potenciais. Contribui para fixar prioridades. Ajuda na formação da equipa em matérias como manusear e transportar os objetos. Supervisiona os voluntários responsáveis pela evacuação dos objetos.

6- Responsáveis (1 a 2 docentes) - Pertencem ao Departamento de Mecânica e ao Departamento de Civil. São os orientadores e promotores da investigação. Colaboram na preparação dos relatórios da equipa. Apoiam na formação específica dos funcionários não docentes e dos discentes. Colaboram com os discentes para criar novas soluções e facilitar adaptações entre meios de resposta/edifício/coleção. Podem ocupar a função de suplentes.

7- Colaboradores (Ass. Téc. Biblioteca, Ass. Téc. Arquivo e Ass. Téc. c/ formação em engenharias) - Participam ativamente nos simulacros e em caso de emergência real. Orientam os discentes nestas atividades. São os responsáveis por cada grupo que atua nas áreas principais. Contribuem para a formação dos outros membros da equipa. Podem ocupar a função de suplentes.

8- Discentes voluntários - Participam ativamente nos simulacros e em caso de emergência real. Colaboram com os docentes na investigação contínua. Nos casos em que se aplica, contribuem para a formação dos outros membros da equipa, sobretudo em matéria relacionada com o seu estatuto de bombeiro. Podem ocupar a função de suplentes.

Como se espera que o pessoal docente aceite o desafio de integrar a equipa ao ser convidado a contribuir na linha de investigação, um dos fatores de motivação para abraçar este projeto passa pela concretização de objetivos que os alunos tenham para os seus planos futuros. Esta é, sem dúvida, uma área que não cessa de abranger temas a ela associados, que necessitam ser explorados, criticados, desenvolvidos e aplicados.

A partir da participação na equipa de gestão de risco de incêndio que acautela o património, serão constantemente levantadas questões que necessitarão de resposta. Aqueles a quem a pluralidade de temas que esta área enquadra suscitar interesse, encontrarão nesta parceria uma oportunidade de desenvolver os seus objetivos e projetos, obtendo progresso pessoal e profissional enquanto oferecem contributos à comunidade, específica e globalmente considerada.

Considerações finais

É importante que as instituições culturais tomem medidas de previsão e prevenção, para detetar e dar uma resposta rápida e eficiente em caso de incêndio. Em Portugal, ainda existem poucos estudos sobre incêndios em museus, arquivos e bibliotecas e a questão ainda não é totalmente reconhecida com a prioridade que deveria assumir. Um museu com um comité de segurança contra incêndio ativo composto por uma equipa como a proposta neste projeto, poderá ser um dos elementos-chave para a gestão de risco de incêndio.

A comunidade onde se pretendeu colocar em prática esta equipa demonstrou-se extremamente receptiva, tornando possível implementar o projeto apresentado. A partir deste ponto, a equipa precisa ser criada, desenvolvida e orientada, encontrando-se em permanente evolução e atualização.

Agradecimentos

A autora deseja expressar os seus agradecimentos às equipas da FEUP, do SDI, Unidades Arquivo e Museu, e Biblioteca, e dos STM, Unidade de Segurança, Higiene, Saúde e Ambiente, pelo acolhimento e preciosa colaboração, e à Prof. Doutora Paula Menino Homem pelo desafio ao projeto, pelo acompanhamento e pela revisão ao documento.

FERNANDES, D. (2016) Gestão de Risco de Incêndio. Criação de Parcerias Sinérgicas no Contexto dos Museus Universitários. *Ensaios e Práticas em Museologia*. Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, DCTP, vol. 5, p.27-39.

Referências

Biral, S. (ed.) (2003). *Segurança de museus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro. *Diário da República – 1ª série*. Ministério da Administração Interna.

Decreto-Lei n.º 224/2015, de 9 de outubro. *Diário da República – 1ª série*. Ministério da Administração Interna.

DW (2007). Biblioteca Anna Amalia é reaberta três anos após incêndio. *Deutsche Welle*. Acedido agosto, 18, 2016, em <http://www.dw.de/biblioteca-anna-amalia-%C3%A9-reaberta-tr%C3%AAs-anos-ap%C3%B3s-inc%C3%AAndio/a-2843821>.

Dorge, V. & Jones, S. L. (1999). *Building an emergency plan. A guide for museums and other cultural institutions*, Los Angeles: The Getty Conservation Institute.

Gomes, K. (2015). Incêndio destrói Museu da Língua Portuguesa em São Paulo. *Público*. Acedido agosto, 20, 2016, em <https://www.publico.pt/culturaipilon/noticia/incendio-de-grandes-proporcoes-atinge-museu-da-lingua-portuguesa-1718139>.

Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto. *Diário da República – I Série- A*. Ministério da Administração Interna.

Fernandes, D. (2015). Gestão de risco de incêndio em instituições culturais. Envolvimento da comunidade científica académica. Um contributo para o museu da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal.

Mannan, S. (2012). *Lees' loss prevention in the process industries: Hazard identification, assessment and control*. Burlington: Elsevier Butterworth – Heinemann.

Ramos, J. (2014). *O risco de incêndio em contexto museológico. Contributos para a gestão integrada da Emergência*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal.

Ribeiro, O. (2014). Práticas do voluntariado nos museus universitários. Contributos para a criação de uma bolsa de voluntários séniores especializados. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal.

Schreck, I. (2008). Fogo destruiu trabalhos de investigação de meses. *Jornal de Notícias*. Acedido agosto, 20, 2016, em http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=939029.